

Praxe de Coimbra é uma tradição “inventada”



Estudo refere que maioria das associações académicas concorda com a existência da praxe

●●● Mais de 80 por cento das instituições de ensino superior reúnem-se formalmente com as estruturas de praxe para sensibilizá-las e alertá-las para as situações de abusos, articular iniciativas conjuntas ou estabelecer uma regulação interna destas atividades. O dado consta do estudo “A praxe como Fenómeno Social”, promovido pela Direção-Geral do Ensino Superior e elaborado por uma equipa conjunta do ISCTE-IUL, da Universidade do Porto e do CES da Universidade de Coimbra.

Ora, de acordo com o documento a que o Diário As Beiras teve acesso, “se as instituições encorajam e valorizam as praxes, reconhecendo e legitimando as estruturas estudantis informais que mais diretamente organizam atividades, é provável que os estudantes encarem a sua participação como ‘natural’ ou até ‘inevitável’”.

Contornos sexistas e homofóbicos

Segundo os investigadores, o inquérito às instituições de ensino superior e às associações académicas e de estudantes, ao qual responderam 64 instituições e 25 associações de estudantes, não sendo suficiente para extrapolação estatística, permite ter uma primeira fotografia da realidade das praxes académicas no conjunto dos distritos do país. E o retrato que é feito pelos investigadores não é pacífico. Desde logo porque referem que, “em certos momentos, a hierarquia e a coesão grupal “reproduzida” pela praxe reforçam-se diminuindo o outro, o que ocorre nas disputas entre cursos, onde pode verificar-se a disseminação de imagens ofensivas

números

60%
das instituições de ensino superior não concorda com a proibição da praxe nos campus das instituições

14%
das instituições de ensino superior revela que já lhe foram comunicados casos de violência na praxe

para mulheres e homossexuais, assumindo, nessas alturas, contornos claramente sexistas e homofóbicos”.

“Tradição plástica”

Numa referência à tradição que está na base da praxe, os autores dizem tratar-se de uma tradição “inventada”, que é também uma “tradição plástica”, na medida em que – referem – as práticas “se transformam à medida que as gerações se renovam”, processo que é facilitado pela transmissão oral.

“Coimbra “inventa” o conceito de praxe na segunda metade do século XIX, mas novos significados vão-se acrescentando ao longo do tempo, mantendo alguma continuidade histórica, mas obscurecendo ao mesmo tempo a gênese do fenómeno”, pode ler-se no relatório.

Em 1980, com o fim do luto académico, e depois de várias mudanças, os rituais de praxe regressam “em força”, “num processo de generalização que

rapidamente se estendeu a todo o ensino superior”, notam os autores.

Dos inquéritos realizados para este estudo, os autores referem que a maioria das associações académicas concorda com a existência de praxes e opõe-se à proibição da prática.

O estudo identifica associações que são favoráveis desde que não haja abusos e ofensas à integridade dos estudantes, defendendo algumas delas que é necessário reforçar o carácter de integração das atividades.

Em termos gerais, a percepção das instituições de ensino superior e das associações académicas e de estudantes sobre o fenómeno da praxe é bastante próxima.

Poucos casos de abusos

À maioria das instituições nunca chegaram casos de violência ou de abuso, embora nos casos em que tenha havido, ou não existiram consequências, ou as sanções consistiram na suspensão temporária da praxe ou dos responsáveis ou a proibição da praxe na instituição.

O estudo revela também que mais de metade das instituições de ensino superior (cerca de 60 por cento) não concorda com a proibição da praxe académica nos campus das instituições, e 20 por cento diz concordar. Entre as instituições que não concordam com a proibição no campus destacam-se dois argumentos: o facto de dentro das instituições ser mais fácil haver um controlo destas atividades e de a instituição reconhecer a importância da existência dos rituais de praxe.

| **Patrícia Cruz Almeida**

Grupos “incentivam” consumo de álcool”

●●● O mesmo estudo refere que o álcool é um elemento que marca presença na praxe e nos seus cânticos, “sobretudo nos seus momentos mais festivos ou que, podendo não ser estritamente praxe, estão de alguma forma relacionados com ela”, como alguns jantares de estudantes, quando são entoadas músicas que “incentivam o consumo ou que exaltam o gosto dos estudantes pelas bebidas alcoólicas”.

Aliás, os autores vão mais longe e dão conta da existência de alguns grupos de praxe (conhecidos como “tertúlias”) que “incentivam ativamente o consumo de álcool por parte dos seus elementos, escolhendo por vezes nomes coletivos que refletem o gosto dos seus membros pela ingestão dessa substância”. Contudo, salientam que na mesma cidade, também houve quem referisse, nos inquéritos, que os “caloiros” já chegam à universidade com hábitos de consumo e “os estudantes mais velhos sentem que devem tentar frear a ingestão de bebidas”.

Apesar de o estudo afirmar que o consumo de álcool abusivo por parte de alguns estudantes em certas atividades de praxe não poderá ser dissociado daquilo que são as tendências globais de consumo, a verdade é que os autores falam de “estratégias mobilizadas pelas marcas comerciais” e da cultura boémia que, historicamente, marca certos ambientes estudantis, como fatores que incentivam o consumo.

Além disso, dão ainda conta do estudo de Elísio Estanque (2016). O professor da UC observou que o consumo de álcool abusivo em certos momentos festivos relacionados com os costumes académicos, “associando-o aos interesses das cervejeiras e a novas modalidades de consumo entre os jovens, como o binge drinking, onde o objetivo é atingir o mais rapidamente possível o estado de embriaguez”.

P. C. A.

AAC contra policiamento do Governo ou de outros

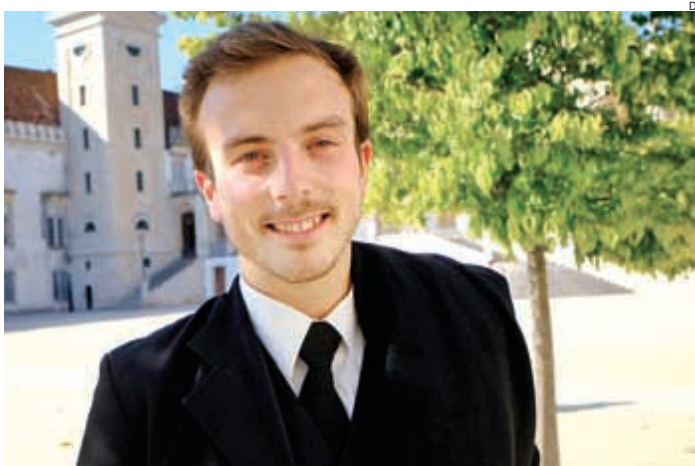
●●● O presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC) não vê “com bons olhos” a intromissão das instituições de ensino superior e do Governo na integração dos estudantes, e criticou a tentativa de se “policiar” a praxe.

“Não vejo com bons olhos a intromissão das instituições de ensino superior na integração dos estudantes, no sentido de policiar a atividade estudantil. Não é benéfico e é infrutífero”, disse à Lusa o presidente da AAC, Alexandre Amado.

Segundo o dirigente estudantil, “os estudantes têm de ter autonomia e liberdade para integrarem os seus colegas e de fazerem o processo de integração de uma forma adulta, emancipada”.

A AAC “vê na praxe uma forma de os estudantes fazerem a sua integração, que é inserida na liberdade de cada um”, referiu o presidente da AAC, que reagiu ao estudo promovido pela Direção Geral do Ensino Superior e elaborado por uma equipa conjunta de investigadores.

Apesar das críticas, Alexandre Amado ficou satisfeito com o facto de se poder fazer “uma discussão das praxes e da integração dos estudantes por esse via”, sublinhando que a



“Os estudantes têm de ter autonomia e liberdade para integrarem os seus colegas”, diz Alexandre Amado

associação que lidera está disponível “e entende que é importante participar nessa discussão”.

“É importante que haja um processo de consciencialização e que os abusos e as humilhações sejam reportadas e constantemente combatidas”, notou, realçando que é importante que “a sociedade se mantenha vigilante contra situações de abuso”.

O dirigente recordou que a AAC tem “um programa extenso de integração, independentemente do contexto da praxe”, realçando que iniciativas em que se promove a cultura e a ciência também “são bem-vindas” pela associação.



Posição da AAC:

- 1 Dirigente estudantil diz que não ver com bons olhos a intromissão das instituições de ensino superior na integração dos estudantes
- 2 Apesar das críticas, Alexandre Amado fica satisfeito com o facto de se poder fazer “uma discussão das praxes”

Sobre a recomendação do estudo de o Governo criar uma linha gratuita de apoio a vítimas de violência em praxes, Alexandre Amado vincou que essa parece ser “uma boa sugestão”, mas que não deve ser dirigida somente a vítimas de abusos em contexto de praxe.

O presidente da AAC afirmou ainda que, quando se fala de “exclusão de lógicas hierárquicas”, o Governo deveria também olhar para o modelo de organização das instituições de ensino superior de forma “a garantir uma participação mais democrática e a preparar os alunos para uma vida cívica plena”.



Ministro irá trabalhar “para que humilhação não seja uma tradição”

Ministro diz que é preciso “dar a volta às praxes”

●●● O ministro do Ensino Superior avisa que é preciso “dar a volta às praxes” tornando a “integração dos estudantes” nas universidades em momentos de “mais cultura e ciência”, defendendo que essa é a “verdadeiramente a tradição académica”.

Em Braga, na Universidade do Minho para a apresentação do estudo “A praxe como Fenómeno Social”, Manuel Heitor garantiu trabalho no sentido de combater a humilhação como “tradição académica”.

O titular da pasta da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior mostrou ainda preocupação com o financiamento de bebidas alcoólicas a algumas atividades estudantis.

“Temos que dar a volta às praxes e garantir um processo positivo de integração dos estudantes”, disse. “O que o estudo mostra

é que as praxes estão enraizadas e, por isso, temos que valorizar as práticas e as boas práticas de integração com mais cultura, com mais ciência pois isso é verdadeiramente a tradição académica”, explanou.

Manuel Heitor, que deixou como garantia que irá trabalhar “para que a humilhação não seja uma tradição académica”, deixou ainda uma outra preocupação: “O que me preocupa é o financiamento da indústria de bebidas alcoólicas a algumas dessas praxes”, disse, lembrando que o financiamento público a associações académicas “está totalmente regulado”.

O estudo recomenda que o Governo deveria criar uma linha gratuita e permanente de apoio a vítimas de violência no contexto das praxes académicas que garanta aconselhamento jurídico.

Autores de estudo defendem “alternativas”

●●● Os coordenadores do estudo apresentado sobre praxes académicas defendem que a legislação existente “é muito completa” e que, em vez de uma “bula legislativa”, era necessário existir “alternativas de integração e socialização” àqueles rituais no ensino superior.

Em declarações aos jornalistas, o coordenador do estudo, João Teixeira Lopes, do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, salientou a preocupação por alguns valores transmitidos nas praxes académicas, como a “obediência, humilhação e sujeição” serem encarados como “valores fundamentais” para a vida adulta.

“A legislação que existe é muito completa, é avançada, prevê várias situações,

não é preciso nenhum tipo de bula legislativa para resolver esta situação, mas era preciso que as instituições do ensino superior tivessem todas elas, por exemplo, gabinetes de apoio à integração do estudante ou gabinetes de apoio jurídico nos casos de abuso, humilhação do estudante”, apontou o investigador.

Segundo João Teixeira Lopes, “é fundamental que no ensino superior existam alternativas de integração e socialização que não sejam apenas as da praxe”.

Para o investigador é necessário defender “que se viva num país onde valores como a obediência e sujeição sejam valores fundamentais, exigidos, por exemplo, por uma empresa”.